Editorial

É com satisfação que tornamos público mais um número dos *Cadernos da Escola do Legislativo*, um periódico científico que busca fazer a ponte entre a produção científica e o labor nas instituições públicas, entre a reflexão abstrata e as dificuldades do dia a dia no aperfeiçoamento da democracia e na implementação das políticas públicas. Este número dá continuidade a uma das características centrais desta publicação, que é a diversidade de perfil dos autores. Temos autoras com experiência em pesquisa desvelando aspectos específicos de políticas públicas em Minas Gerais. Ao mesmo tempo, jovens pesquisadores encontram aqui o espaço para compartilhar suas produções acadêmicas. Além disso, servidores públicos que dividem suas atividades entre as demandas imediatas das instituições e a reflexão científica também buscam este periódico para submeterem ao público suas produções, que trazem a marca de quem vivencia na labuta diária os desafios das instituições legislativas. Seguindo o princípio editorial de evitar a endogenia, apenas um autor é servidor da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Os autores também se diferenciam quanto ao gênero, já que sete mulheres e cinco homens são responsáveis pelos textos que ora expomos aos leitores.

Para abrir a edição, o artigo de **Júlio Cesar Guimarães de Paula**, intitulado "Fundamentos da atividade legislativa no nível subnacional brasileiro", discute características do processo legislativo em doze assembleias legisla-

tivas brasileiras. Utilizando base de dados produzida pela pesquisa Trajetórias, Perfis e Padrões de Interação das Elites Estaduais Brasileiras, desenvolvida pelo Centro de Estudos do Legislativo da UFMG, o autor identifica correlações entre os processos decisórios nas casas legislativas examinadas. O trabalho foi selecionado para ser o primeiro desta edição porque calha bem com as atividades da Escola do Legislativo, não apenas porque a instituição, com frequência, é demandada para trocar informações com escolas de outros estados, mas notadamente porque, mediante cursos a distância sobre processo legislativo nos estados da Federação, esta Escola coloca em interação servidores das assembleias, de modo que possam comparar suas práticas e a forma de organização das instituições legislativas que participam do curso. O referido trabalho certamente receberá boa acolhida não apenas pelo público acadêmico, mas notadamente entre os servidores das instituições legislativas estaduais.

A autora do segundo artigo, **Natália Morato Camargos**, é servidora da Câmara dos Deputados. É evidente que o tema do trabalho, "Regulamento Interno das Comissões", decorre de sua experiência profissional, já que explicita as dificuldades práticas derivadas da falta de regulamento interno desses órgãos colegiados. A necessidade de padronização e de transparência das regras do jogo é uma das variáveis que demanda a produção de normas legislativas. É interessante identificar uma situação em que esta necessidade acontece no interior de uma casa legislativa e, apesar disso, a omissão na produção das normas persiste. A proximidade talvez retire da autora a possibilidade de perceber os interesses políticos que causam tal omissão, mas isso não retira o mérito do artigo de jogar luz sobre tema tão delicado no funcionamento dos legislativos.

O terceiro artigo, de autoria do consultor legislativo da ALMG **José Alcione Bernardes Junior**, versa sobre os paradoxos da produção legislativa. O texto, fruto de reflexão rigorosa de quem trabalhou muitos anos com os desafios da feitura da norma jurídica, origina-se de trabalho apresentado no Congresso Internacional de Legística: qualidade da lei e desenvolvimento, promovido pela ALMG em setembro de 2007. Embora o texto tenha sido pouco acessado nos anais do referido evento, as reflexões nele contidas despertam muito interesse em palestras, aulas e debates sobre a qualidade da lei e o processo legislativo que contam com a participação do autor. Essa constatação o motivou a atualizar o texto e submetê-lo para a publicação nos *Cadernos*, de forma que a reflexão, tão cara aos profissionais das casas legislativas, possa ter um alcance mais amplo.

O quarto artigo, de **Valéria Santos Paiva Dias Lima**, convida a pensar sobre tema de grande importância para as casas legislativas: a relação ente burocracia e política. Em uma instituição que pulsa a tensão entre as forças políticas, é preciso a formação de uma burocracia capaz de sustentar a rotatividade do poder, princípio basilar da democracia, sem que os servidores sejam contaminados pelas paixões que pautam os embates ideológicos. Como o título do artigo já informa, o texto não tem a pretensão de exaurir ou mesmo aprofundar o tema, mas antes de levantar uma agenda de pesquisa, fundamental para tempos em que a crise política desafia as instituições, exigindo a devida isenção do corpo de profissionais técnicos, para que o rumo da sociedade seja definido pelas regras do jogo democrático.

Os dois trabalhos seguintes, de autoria de pesquisadores da Fundação João Pinheiro, decorrem de investigações sobre políticas públicas no Estado de Minas Gerais, enriquecendo, assim, a função da ALMG de monitoramento das políticas públicas. Assim, o quinto artigo, de autoria de **Fátima Beatriz Carneiro Teixeira P. Fortes** e **Filipe Rafael Silva Marques**, versa sobre o estado de saúde e o acesso à atenção primária nos municípios de Minas Gerais, entre 2003 e 2012. O texto é parte de uma pesquisa mais ampla, financiada pela Fundação de Amparo À Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), que investiga os indicadores de responsabilidade social e de desenvolvimento humano nos municípios de Minas Gerais. **Mônica Barros de Lima Starling**, por sua vez, investiga os conselhos municipais de patrimônio cultural de Minas Gerais. A criação desses colegiados é estimulada pela Lei nº 12.040, de 1995, que versa sobre a distribuição de recursos do ICMS. Dessa forma, o trabalho contribui para os estudos de impacto da legislação mineira, assunto de grande interesse para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

O sétimo artigo, de autoria de **Miracy Barbosa de Sousa Gustin**, **Liana Portilho Mattos** e **Felipe Bernardo Furtado Soares**, caminha pelas searas pouco exploradas da antropologia jurídica, buscando auxílio em teóricos como Geertz para comparar o reconhecimento de duas diferentes formas de produção artística como bens culturais imateriais da cultura brasileira. De um lado, a arte *kusiwa* da tribo indígena Wajãpi e, de outro, a dificuldade de reconhecimento como arte dos grafites urbanos. A partir dessas experiências de expressão cultural, o artigo convida a refletir sobre o papel do Estado e da sociedade no reconhecimento da produção e da proteção do patrimônio cultural imaterial no Brasil.

O último artigo, de autoria de **Paloma Elaine Santos Goulart** e **Célio Augusto Souza Pereira**, joga luz sobre o mesmo terreno que o trabalho anterior: a forma como se incorporam no mundo jurídico as expressões culturais tradicionais. O texto concentra o olhar na tensão entre os direitos autorais e as músicas vindas de conhecimentos e expressões tradicionais, a partir do estudo de caso da família Guiga. Mais um trabalho que revela como a realidade é mais complexa do que consegue supor o legislador no momento de elaboração das normas, sugerindo aos responsáveis pela produção das normas jurídicas capacidade de diálogo e de escuta, além de humildade, notadamente quando está em jogo a identidade e a produção cultural de grupos e de comunidades tradicionais.

Na certeza de que esta edição cumpre o seu papel de estimular o debate e dar visibilidade a investigações relevantes, desejamos a todos uma boa leitura.

Guilherme Wagner Ribeiro
Editor